

ACM sai ganhando

O PFL se valeu da votação da medida provisória para tentar evitar a instalação do Conselho de Ética e retardar o início de uma investigação, previsto para hoje, sobre a participação do senador Antônio Carlos Magalhães nos grampos telefônicos ilegais da Bahia. O partido esgrimiu argumentos técnicos, alegando que a medida não atendia os interesses dos agricultores, e convenceu o PSDB e o PMDB a se aliarem, pedindo o adiamento da votação. Unidos, derrotaram o governo.

Os líderes governistas foram os primeiros a identificar a solicitação do PFL como manobra

para preservar ACM. Para insistir na votação, o governo argumentou que num acordo firmado na véspera com representantes dos partidos, inclusive do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MS), ficara estabelecido que seria editada nova MP, em 30 dias, beneficiando especialmente os pequenos agricultores endividados. Ficariam fora do texto os casos de grandes produtores rurais, segundo o líder Aloízio Mercadante (PT-SP), porque a situação orçamentária do país não permitia uma solução rápida para esses casos: “Não podemos tratar problemas distintos da mesma forma”.